

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - PINE - 2012

Senhores Acionistas,

A Administração do PINE, em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do ano, acompanhados das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas correspondentes, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, clientes, investidores e analistas,

Em 2012, tivemos mais um ano de importantes conquistas e ótimos resultados. Foi o ano em que comemoramos 5 anos da abertura de capital e 15 anos do Banco. Foi um excelente ano no que se refere ao desempenho individual e relativo do PINE. São anos de uma estratégia construída em bases sólidas, com a continuidade do investimento no atendimento completo e de longo prazo aos clientes corporativos e investidores, no leque de produtos e no capital humano do Banco. Com isso, continuamos colhendo exitosamente os frutos da consolidação de nossa estratégia. Ultrapassamos a marca de R\$ 1,2 bilhão de Patrimônio Líquido e tivemos um lucro líquido de R\$ 187 milhões, o que representa um ROAE de aproximadamente 17%.

Um importante marco de 2012 foi o aumento de capital, dividido em duas fases, que superou R\$ 170 milhões, e contou com a participação do DEG, Proparco, administradores, acionistas minoritários e controlador. O aumento de capital representa não somente o comprometimento dos acionistas e dos administradores com os fundamentos do PINE assim como a convicção de que a estratégia de crescimento está traçada de forma sustentável.

Do lado da Captação, no primeiro semestre, efetuamos nossa primeira oferta pública de Letras Financeiras, totalizando o montante de R\$ 313 milhões e, no segundo, efetuamos mais uma operação, desta vez no montante de R\$ 200 milhões. No terceiro trimestre efetuamos uma captação de US\$ 30 milhões, com prazo de 7 anos, com o Global Climate Partnership Fund (GCPF), fundo administrado pelo Deutsche Bank. O GCPF é uma parceria público-privada dedicada à mitigação das mudanças climáticas em mercados emergentes e em desenvolvimento, e a cooperação com GCPF dá continuidade à estratégia do PINE de contribuir com o crescimento econômico sustentável no Brasil, principalmente nas áreas de energia sustentável, infraestrutura e agronegócio. Em dezembro, concluímos nossa primeira captação no Chile, sob a modalidade denominada *Huaso Bond*, no montante de US\$ 73 milhões. Trata-se da primeira captação no mercado chileno realizada por uma instituição brasileira nesta modalidade. E, ainda no 4T12, realizamos a segunda captação em formato islâmico com o Al Rajhi Bank, com a participação do Commerzbank, JP Morgan e Citigroup.

Nosso portfólio de crédito corporativo é hoje mais diversificado e crescemos na oferta de produtos além das tradicionais operações de Capital de Giro, fortalecendo ainda mais nossa estratégia de *cross sell*. Os produtos de derivativos para clientes cresceram bastante ao longo dos anos e estamos mais uma vez classificados entre os 15 maiores bancos no ranking de derivativos da Cetip e o 2º em derivativos de *commodities* para clientes. Com a PINE Investimentos, realizamos operações nas áreas de Mercado de Capitais, Assessoria Financeira, *Project & Structured Finance* e também *M&A*. Superamos o volume de R\$ 1 bilhão em operações de *underwriting* de renda fixa e, como resultado, o PINE ocupou a 9ª posição em número de transações e a 11ª posição em volume financeiro no ranking de origemação de renda fixa da Anbima.

Em março migramos para o nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA. A transição reflete o compromisso do PINE com a transparência. Este movimento foi um passo natural, uma vez que muitos dos requisitos do nível 2 já eram praticados pelo Banco.

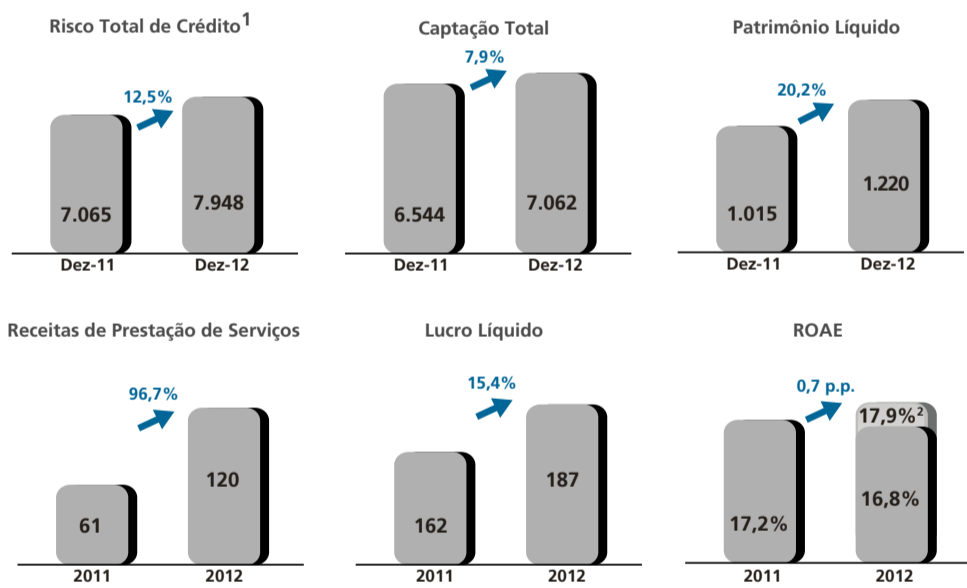
Em outubro o PINE passou a integrar o Global Compact, iniciativa desenvolvida pela ONU que tem por objetivo mobilizar a comunidade empresarial para a adoção, em suas práticas de negócio, de valores nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Em dezembro aderimos aos Princípios do Equador, princípios aplicados a operações de *Project Finance* que superem US\$10 milhões. Estes princípios são baseados em diretrizes ambientais, de saúde e de segurança. Somos o primeiro e o único banco de nosso porte a aderir a estes princípios.

Em novembro, inauguramos nossa primeira subsidiária americana, a PINE Securities USA LLC, que terá sua atividade dedicada a Mercado de Capitais e *Research*. A ampliação do escopo geográfico do PINE permitirá aos clientes estrangeiros o acesso a informações direcionadas sobre o mercado brasileiro e companhias brasileiras, bem como o acesso de clientes corporativos brasileiros a investidores globais. Esta é mais uma iniciativa do PINE em direção ao atendimento completo e relacionamento de longo prazo com seus clientes, investidores e com o mercado em geral.

A contínua evolução do banco se refletiu em melhora de ratings e reconhecimentos do mercado. Fomos reconhecidos pelo International Finance Corporation (IFC), agência de programas privados do Banco Mundial, como o melhor banco emissor de operações direcionadas à eficiência energética. Em agosto, a Moody's alterou a perspectiva do PINE para positiva, como o melhor, segundo a agência, da rentabilidade crescente através de uma estratégia bem executada, garantindo a recorrência das receitas. A ação de rating também captura a melhora da diversificação da captação do banco, indicadores de qualidade bem administrados e a boa liquidez e administração de capital.

Encerramos 2012 orgulhosos pelas conquistas realizadas e iniciamos 2013 otimistas, na expectativa de uma retomada positiva da economia global com a manutenção das taxas de crescimento na Ásia, uma resolução positiva para o cenário europeu e a aceleração do crescimento nas economias norte americana e brasileira. Vamos continuar a investir no atendimento completo aos clientes e em nossa equipe, aumentando o portfólio de produtos e serviços e mantendo um relacionamento muito próximo com cada um deles.

2 DESTAQUES DO PERÍODO



¹ Inclui Cartas de Crédito a utilizar, Fianças, Títulos de Créditos a Receber e Títulos Privados (debêntures, CRIs, eurobonds e cotas de fundos).

² Desconsidera o aporte de capital de R\$139,6 milhões em setembro de 2012.

3 PERFIL INSTITUCIONAL

Banco de atacado focado no relacionamento de longo prazo com clientes de grande porte. O banco oferece Crédito, incluindo Capital de Giro, Repasses de linhas do BNDES e organismos multilaterais, *Trade Finance* e Garantias Bancárias bem como produtos de *hedging* (Juros, Moedas e Commodities), Mercado de Capitais, Serviços de Assessoria Financeira e *Project & Structured Finance*.

O PINE possui uma ampla rede de relacionamento com empresas dos mais diversos setores, como Açúcar e Alcool, Infraestrutura, Energia Elétrica e Renovável, e Agricultura, entre outros.

4 DESEMPENHO

Destaque do Resultado

Com o aumento de capital anunciado em agosto deste ano, o PINE superou R\$ 1,2 bilhão de Patrimônio Líquido, 20,2% superior a dezembro de 2011. O Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE na sigla em inglês) atingiu 16,8% em 2012. O lucro líquido no ano foi de R\$ 187 milhões, 15,4% acima do lucro líquido de 2011.

	2012	2011	Δ%
Resultado e rentabilidade			
Lucro líquido (R\$ milhões)	187	162	15,4%
ROAE anualizado	16,8%	17,2%	-0,4 p.p.
Balanco patrimonial (R\$ milhões)			
Ativos totais	10.406	11.144	-6,6%
Risco total de crédito ¹	7.948	7.065	12,5%
Depósitos totais ²	3.716	3.794	-2,1%
Captação total	7.062	6.544	7,9%
Patrimônio líquido	1.220	1.015	20,2%
Qualidade da carteira			
<i>Non performing loans</i> - 90 dias	0,6%	0,2%	0,4 p.p.
Cobertura da carteira	3,3%	3,4%	-0,1 p.p.
Desempenho			
Índice da Basileia	16,2%	18,5%	-2,3 p.p.
Lucro por ação ³ (R\$)	1,73	1,87	-7,5%
Valor patrimonial por ação ³ (R\$)	11,23	11,72	-4,2%

¹ Inclui Cartas de Crédito a utilizar, Fianças, Títulos de Créditos a Receber e Títulos Públicos (debêntures, CRIs, eurobonds e cotas de fundos)

² Inclui LCA e LCI

³ Considera 108.631.100 ações para os períodos de 2012 e 86.577.870 ações para os períodos de 2011

Carteira de Crédito

O saldo da carteira de crédito registrado em balanço, que inclui Cartas de Crédito a utilizar, Fianças, Títulos de Créditos a Receber e Títulos Privados atingiu R\$ 7.948 milhões em dezembro de 2012, 12,5% superior ao mesmo período do ano anterior. Destaca-se o crescimento das Fianças, positivamente impactadas pela inclusão do novo produto Fiança BNDES, oferecido aos clientes desde setembro de 2012, com aumento de 25,3% no ano, atingindo R\$ 2.114 milhões.

O Índice da Cobertura da Carteira de Crédito atingiu 3,3% em dezembro de 2012, comparado com 3,4% apresentado em dezembro de 2011.

Mesa para Clientes

A Mesa para Clientes oferece produtos de *hedge* para empresas, com o objetivo de proteger e administrar riscos de mercado presentes nos balanços dos clientes. Os mercados de atuação são, principalmente, Juros, Moedas e *Commodities*. O PINE oferece os principais produtos de derivativos, entre eles NDF (*Non Deliverable Forward*), estruturas de opção e *swaps*.

Segundo ranking da CETIP (dezembro de 2012), o PINE está classificado entre os 15 maiores bancos em operações de derivativos para clientes e 2º em derivativos de *commodities* para clientes. Desde 2011, o PINE tem apresentado posição de destaque no ranking.

PINE Investimentos

A PINE Investimentos, unidade de produtos de Banco de Investimentos do PINE, atua com profundo alinhamento junto aos clientes oferecendo soluções customizadas e diferenciadas nas áreas de Mercado de Capitais, Assessoria Financeira e *Project & Structured Finance*.

Em 2012, a PINE Investimentos liderou a estruturação de mais de R\$ 1,0 bilhão em operações de renda fixa, por intermédio de suas diversas áreas de atuação. O volume representou um crescimento de 21,5% em relação ao volume de operações de 2011. Durante 2012, a PINE Investimentos apresentou recorrência nas suas operações e executou mandatos em Mercado de Capitais, *Project & Finance* e *M&A*, consolidando sua estratégia.

No ranking de origemação de renda fixa da Anbima, o PINE ocupou a 9ª posição em número de transações e 11ª posição em volume financeiro.

Captação

O total de captação atingiu R\$ 7.062 milhões em dezembro de 2012, um crescimento de 7,9% em relação a dezembro de 2011. O saldo de depósitos a prazo, incluindo Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Imobiliário (LCI), atingiu R\$ 3.565 milhões, em linha com o mesmo período do ano anterior. O prazo médio ponderado dos depósitos atingiu 11 meses, enquanto o prazo médio da captação total atingiu 17 meses.

Em 13 de dezembro de 2012, o PINE concluiu sua primeira captação no Chile, sob a modalidade denominada *Huaso Bond*. O montante da operação foi de UF 1,5 milhões, aproximadamente US\$ 73 milhões, com prazo de 5 anos. Trata-se da primeira captação no mercado Chileno realizada por uma instituição brasileira nesta modalidade. Ainda no 4T12, o PINE realizou a segunda captação em formato islâmico com o Al Rajhi Bank, com a participação do Commerzbank, JP Morgan e Citigroup.

O PINE tem uma política conservadora em relação ao seu caixa. Durante o 4T12, o aumento dos depósitos, a emissão de Letras Financeiras e do *Huaso Bond* elevaram o patamar de caixa para o valor de R\$ 1,8 bilhão, equivalente a 50% dos depósitos a prazo. Este patamar está acima da política de se manter o caixa ao redor de 30% dos depósitos.

No âmbito internacional, o PINE manteve sua base de bancos correspondentes em cerca de 60 instituições, incluindo bancos em diversos países e agências multilaterais como DEG, Proparco, IFC, IDB e FMO.

Casamento de Ativos e Passivos

Na gestão de ativos e passivos, as fontes de captação são alinhadas em prazo e custo aos respectivos portfólios de operações ativas. Enquanto o prazo médio ponderado da carteira de crédito é de 14 meses, o prazo da captação é de 17 meses, o que garante uma situação confortável ao Banco. Este gap é mantido há mais de 30 meses.

Índice da Basileia

No trimestre, o índice de Basileia atingiu 16,2%, bastante acima do nível mínimo regulatório (11%). O índice apresentado neste trimestre reflete o aumento de capital de R\$ 139,6 milhões que foi integralizado no final de setembro.

5 REDE DE ORIGINAÇÃO

Com sede em São Paulo, SP, e presença nas principais capitais e polos de negócios, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, a rede de origemação se completa com a agência nas Ilhas Cayman e em Nova Iorque. A estratégia de negócios do PINE não é dependente de uma ampla rede de agências, já que a equipe está organizada regionalmente e o Banco está constantemente monitorando e visitando seus clientes, o que beneficia sobremaneira a estrutura de seus custos fixos.

6 RECURSOS HUMANOS

Pessoas são o principal ativo do PINE. Por isso, o objetivo de Recursos Humanos é atrair, reter e desenvolver os melhores talentos, através da manutenção de um ambiente de alto desempenho, com foco em resultados e baseado em meritocracia. O total de funcionários do PINE em dezembro de 2012, incluindo terceiros, foi de 424 colaboradores.

7 GOVERNANÇA CORPORATIVA

O PINE possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo PINE, além de integrar o nível 2 de governança corporativa, estão:

- ✓ Dois membros independentes e um membro externo no Conselho de Administração
- ✓ 100% de *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais
- ✓ Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas
- ✓ Divulgação trimestral de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS
- ✓ Comitês de Auditoria e Remuneração, que respondem diretamente ao Conselho de Administração

8 DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 11 de janeiro de 2013, o PINE pagou o valor total de R\$ 29,9 milhões em proventos, ou R\$ 0,28 por ação. Deste total, R\$ 16,1 milhões representam juros sobre capital próprio e R\$ 13,8 milhões, dividendos. Durante 2012, o PINE distribuiu um total de R\$ 60,2 milhões de JCP e R\$ 39,7 milhões de dividendos, o que representa um *dividend yield* de 6,4%. Desde 2008, o PINE distribui dividendos/Juros sobre Capital Próprio trimestralmente.

9 RECONHECIMENTO DO MERCADO

Segundo o ranking Maiores e Melhores da revista Exame, o PINE ocupa a 9ª posição entre os maiores em crédito para grandes empresas, a 15ª posição entre os maiores bancos do país em oferta de crédito para Pessoa Jurídica e a 5ª posição em riqueza criada por empregado.

10 RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O PINE disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo (www.pine.com/ri), boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-3372-5343 e-mail: ri@pine.com).

11 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O PINE entende que atuar com responsabilidade socioambiental é, sobretudo, agir de maneira ética em todas as suas esferas e, através de seu negócio, contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira sustentável. A cada ano, o PINE vem ampliando sua atuação social com o aumento do número de projetos apoiados, abrangendo as áreas cultural, esportiva, educacional e social.

Princípios do Equador

Em 11 de dezembro de 2012, o PINE aderiu aos Princípios do Equador. São princípios aplicados em operações de *Project Finance*, onde os custos de capital total do projeto superam US\$ 10 milhões e são baseados nas normas de desempenho de sustentabilidade social e ambiental do IFC e também em diretrizes ambientais, de saúde e de segurança do Banco Mundial, conhecidas como EHS Guidelines.

12 RATINGS

		STANDARD & POOR'S	FitchRatings KNOW YOUR RISK	Moody's.com	RISKbank
Moeda Local e Estrangeira	Longo Prazo	BB+	BB	Ba2	-
	Curto Prazo	B	B	-	-
Nacional	Longo Prazo	BB+	BB	Ba2	-
	Curto Prazo	B	B	-	-
Nacional	Longo Prazo	brAA	A+(bra)	A1.br	10,49
	Curto Prazo	-	F1(bra)	Br-1	-

13 AÇÕES

Durante o 4T12, o PINE, no âmbito do seu programa de recompra destinado a atender a Resolução 3.921 do Conselho Monetário Nacional, recomprou 600.000 ações, que se encontram em Tesouraria. O saldo final de ações em Tesouraria ficou em 994.840 ações, em 31 de dezembro.

14 AUDITORES EXTERNOS

O PINE tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

15 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de fevereiro de 2013 iniciou-se o período regulamentar de exercício de direito de subscrição e sobras referentes ao aumento de capital pelo Proparco, que subscreverá um total de R\$ 26.954.999,40 a um preço unitário de R\$ 14,28. No período regulamentar, serão subscritas, no mínimo, 1.887.605 ações e, no máximo, 6.030.087 caso todos os minoritários optem por aderir à subscrição.



Índice de Top Alvo

Índice de Corportativa Diferenciada



PINE

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011													
(Em milhares de reais - R\$)													
ATIVO CIRCULANTE	Nota	Individual		Consolidado		PASSIVO CIRCULANTE	Nota	Individual		Consolidado			
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011		
Disponibilidades	4.	126.111	114.008	7.966.113	8.488.630	7.996.043	8.531.220	126.111	114.010	1.898.520	1.861.636	5.708.159	6.891.325
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.	397.584	473.049	404.587	400.587	490.817	490.817	397.584	473.049	1.299.201	1.812.027	1.089.932	1.112.415
Aplicações em depósitos interfinanceiros		279.201	181.027	286.208	286.208	198.795	198.795	279.201	181.027	1.009.932	1.177.637	1.089.932	97.827
Aplicações em depósitos interfinanceiros		100.299	267.585	100.299	100.299	267.585	267.585	100.299	267.585	1.009.932	1.177.637	1.089.932	1.112.415
Aplicações em moedas estrangeiras		18.080	24.437	18.080	24.437	18.080	24.437	18.080	24.437	18.080	24.437	18.080	24.437
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		3.914.354	4.687.695	3.934.238	4.710.264	4.710.264	4.710.264	3.914.354	4.687.695	1.832.661	3.190.416	1.832.661	3.190.416
Carteira própria	6.a)	1.815.047	1.152.901	1.834.931	1.175.470	1.175.470	1.175.470	1.815.047	1.152.901	1.832.661	3.190.416	1.832.661	3.190.416
Vinculados a compromissos de recompra	6.a)	1.847.955	3.205.733	1.847.955	3.205.733	3.205.733	3.205.733	1.847.955	3.205.733	1.832.661	3.190.416	1.832.661	3.190.416
Instrumentos financeiros derivativos	6.b)	180.232	143.115	180.232	143.115	143.115	143.115	180.232	143.115	1.101	5.256	1.101	5.256
Vinculados ao Banco Central	6.a)	—	45.392	—	45.392	45.392	45.392	—	45.392	109.159	158.565	109.159	158.565
Vinculados a prestação de garantias	6.a)	71.120	140.554	71.120	140.554	140.554	140.554	71.120	140.554	37	6.366	37	6.366
Relações interfinanceiras		1.435	12.678	1.435	12.678	12.678	12.678	1.435	12.678	22.425	2.422	22.425	2.422
Créditos vinculados:		1.435	12.678	1.435	12.678	12.678	12.678	1.435	12.678	22.425	2.422	22.425	2.422
Depósitos no Banco Central do Brasil		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Operações de crédito	7.	2.549.888	2.385.747	2.549.888	2.385.747	2.385.747	2.385.747	2.549.888	2.385.747	1.225.474	1.235.614	1.225.474	1.235.614
Operações de crédito - setor privado		2.664.448	2.490.107	2.664.448	2.490.107	2.490.107	2.490.107	2.664.448	2.490.107	—	2.012	—	2.012
Operações de crédito - setor público		5.966	18.362	5.966	18.362	18.362	18.362	5.966	18.362	892.862	932.878	892.862	932.878
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(120.526)	(122.722)	(120.526)	(122.722)	(122.722)	(122.722)	(120.526)	(122.722)	322.376	299.600	322.376	299.600
Outros créditos		796.143	755.926	799.186	759.186	759.186	759.186	796.143	755.926	10.236	1.124	10.236	1.124
Carteira de câmbio	8.	522.796	602.419	522.796	602.419	602.419	602.419	522.796	602.419	6.366	37	6.366	37
Rendas a receber		18.867	11.940	18.867	11.940	11.940	11.940	18.867	11.940	—	—	—	—
Negociação e Intermediação de Valores Diversos	9.	41.898	30.275	41.898	30.275	30.275	30.275	41.898	30.275	1.101	5.256	1.101	5.256
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(162)	(240)	(162)	(240)	(240)	(240)	(162)	(240)	158.565	173.424	158.565	173.424
Outros valores e bens		180.598	59.527	180.598	59.527	59.527	59.527	180.598	59.527	3.440.419	3.034.355	3.440.419	3.034.355
Bens não de uso próprio		176.279	58.017	176.279	58.017	58.017	58.017	176.279	58.017	1.577.218	1.741.176	1.577.218	1.741.176
Despesas antecipadas		4.319	1.510	4.319	1.510	1.510	1.510	4.319	1.510	21.221	8.752	21.221	8.752
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.285.451	2.411.985	2.378.588	2.602.202	2.602.202	2.602.202	2.285.451	2.411.985	1.555.997	1.732.424	1.555.997	1.732.424
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.	—	5.253	—	5.253	5.253	5.253	—	5.253	1.555.997	1.732.424	1.555.997	1.732.424
Aplicações em depósitos interfinanceiros		—	5.253	—	5.253	5.253	5.253	—	5.253	1.555.997	1.732.424	1.555.997	1.732.424
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		386.334	519.938	326.603	414.724	414.724	414.724	386.334	519.938	792.470	204.088	792.470	204.088
Carteira própria	6.a)	229.233	342.721	169.502	237.507	237.507	237.507	229.233	342.721	75.133	390	75.133	390
Instrumentos financeiros derivativos	6.b)	157.101	177.217	157.101	177.217	177.217	177.217	157.101	177.217	9.018	9.018	9.018	9.018
Operações de crédito	7.	1.459.023	1.560.452	1.609.039	1.853.621	1.853.621	1.853.621	1.459.023	1.560.452	7.830	23.449	7.830	23.449
Operações de crédito - setor privado		1.520.512	1.593.070	1.672.130	1.886.239	1.886.239	1.886.239	1.520.512	1.593.070	573.164	17.746	573.164	17.746
Operações de crédito - setor público		338	4.269	338	4.269	4.269	4.269	338	4.269	211.476	162.893	211.476	162.893
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(61.827)	(36.887)	(63.429)	(36.887)	(36.887)	(36.887)	(61.827)	(36.887)	—	—	—	—
Outros créditos		429.515	315.086	432.367	317.348	317.348	317.348	429.515	315.086	61.305	3.958	61.305	3.958
Rendas a receber		27.435	24.330	27.435	24.330	24.330	24.330	27.435	24.330	569.932	567.661	569.932	567.661
Devedores por depósito em garantia	16.b)	197.491	181.448	199.189	182.910	182.910	182.910	197.491	181.448	—	—	—	—
Diversos	9.	204.751	109.548	205.905	110.348	110.348	110.348	204.751	109.548	65.332	—	65.332	—
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(162)	(240)	(162)	(240)	(240)	(240)	(162)	(240)	23.333	39.371	23.333	39.371
Outros valores e bens		10.579	11.256	10.579	11.256	11.256	11.256	10.579	11.256	416.161	412.469	416.161	412.469
Despesas antecipadas		10.579	11.256	10.579	11.256	11.256	11.256	10.579	11.256	7.720	59.681	7.720	59.681
PERMANENTE		188.882	124.473	31.021	10.105	10.105	10.105	188.882	124.473	33.941	60.133	33.941	60.133
Investimentos		157.863	114.677	—	—	—	—	157.863	114.677	22.963	48.292	22.963	48.292
Participações em controladas no país	10.	157.863	114.520	—	—	—	—	157.863	114.520	10.978	9.376	10.978	9.376
Outros investimentos		—	157	—	159	159	159	—	157	56.071	50.407	56.071	50.407
Imobilizado de uso	11.a)	28.966	7.395	28.968	7.471	7.471	7.471	28.966	7.395	935.683	796.045	935.683	796.045
Instalações, móveis e equipamentos de uso		13.652	14.045	13.652	14.045	14.045	14.045	13.652	14.045	842.654	723.551	842.654	723.551
Outros imobilizados de uso		28.645	4.792	28.647	4.901	4.901	4.901	28.645	4.792	99.029	72.949	99.029	72.949
Depreciações acumuladas	11.b)	(13.331)	(11.442)	(13.331)	(11.475)	(11.475)	(11.475)	(13.331)	(11.442)	11.685	14.032	11.685	14.032
Intangíveis		2.053	2.401	2.053	2.475	2.475	2.475	2.053	2.401	267.192	179.739	267.192	179.739
Gastos com aquisição e desenvolvimento de tecnologia		9.450	9.072	9.915	9.537	9.537	9.537	9.450	9.072	18.559	26.726	18.559	26.726
Amortização acumulada		(7.397)	(6.671)	(7.862)	(7.062)	(7.062)	(7.062)	(7.397)	(6.671)	(423)	(1.461)	(423)	(1.461)
TOTAL DO ATIVO		10.440.446	11.025.088	10.405.652	11.143.527	11.143.527	11.143.527	10.440.446	11.025.088	10.440.446	11.025.088	10.440.446	11.143.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012													
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)													
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	Nota	Individual		Consolidado		RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	Nota	Individual		Consolidado			
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		507.829	1.212.298	1.368.381	517.106	1.236.601	1.400.572	507.829	1.212.298	1.368.381	517.106	1.236.601	1.400.572
Operações de crédito	21.a)	238.321	513.096	632.909	251.838	547.573	658.090	238.321	513.096	632.909	251.838	547.573	658.090
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21.b)	205.372	489.998	436.915	201.132	479.824	443.925	205.372	489.998	436.915	201.132	479.824	443.925
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		34.182	64.338	161.562	34.182	64.338	161.562	34.182	64.338	161.562	34.182	64.338	161.562
Resultado de operações de câmbio		29.954	144.866	136.995	29.954	144.866	136.995	29.954	144.866	136.995	29.954	144.866	136.995
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(353.091)	(851.301)	(1.043.717)	(355.661)	(860.400)	(1.067.176)	(353.091)	(851.301)	(1.043.717)	(355.661)	(860.400)	(1.067.176)
Operações de captação no mercado	21.c)	(253.815)	(617.705)	(706.876)	(249.423)	(670.400)	(700.007)	(253.815)	(617.705)	(706.876)	(249.423)	(670.400)	(700.007)
Operações de empréstimos e repasses	21.d)	(56.429)	(150.291)	(248.116)	(63.494)	(169.701)	(278.444)	(56.429)	(150.291)	(248.116)	(63.494)	(169.701)	(278.444)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(42.847)	(83.305)	(88.725)	(42.744)	(83.305)	(88.725)	(42.847)	(83.305)	(88.725)	(42.744)	(83.305)	(88.725)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		154.738	360.997	324.664	161.445	376.195	333.396	154.738	360.997	324.664	1		



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do Banco Pine são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e das sociedades por ações e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Não foram adotados nos balanços Consolidados as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, aprovadas pela CVM, mas não homologadas pelo Bacen. Foram adotados para fins de divulgação das demonstrações financeiras os normativos aprovados pela CVM que não conflitaram com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN e Bacen, e as que foram referendadas pelo Bacen.

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

a) Consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas controladas Pine Investimentos, Pine Comercializadora, Pine Corretora, Pine Assessoria, Pine Assessoria em Comercialização de Energia e Pine Planejamento, foram eliminados. No processo de consolidação do FIDC, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios, foi incorporado a carteira de crédito do Banco, com o correspondente registro das cotas seniores, na rubrica de "Obrigações por empréstimos e repasses - no país", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representada pelas cotas detidas deste fundo.

b) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários
De acordo com a Circular nº 3.068/01, do Bacen, os títulos e valores mobiliários do Banco são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento". Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários. Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos. Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos
De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e "swaps" são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de "swap": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "pro rata dia" até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge", em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Instrumentos financeiros considerados como "hedge", são classificados como "hedge" de risco de mercado e "hedge" de fluxo de caixa;

Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge". Os instrumentos e os itens objetos de "hedge" são ajustados a valor de mercado e registrados em conta de resultado.

g) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H). As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A receita com operações cedidas, com ou sem coobrigação, são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7. A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo Bacen para as operações de crédito ativas.

h) Despesas antecipadas
São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

i) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo
São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

j) Permanente
É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revisitos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".

l) Operações compromissadas
Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompa) a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Captações no mercado aberto".

m) Passivos circulante e exigível a longo prazo
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, e Carta-Circular nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

o) Provisão para imposto de renda e contribuição social
As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social - 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucro tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 e posteriormente com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

p) Participações no resultado
O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados pelo PPLR do Sindicato dos Bancários. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" (vide nota 23.a).

q) Uso de estimativas
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; taxas de depreciação do ativo imobilizado; amortização do diferido; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

r) Lucro por ação
É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Disponibilidades (Caixa)	126.111	114.008	126.111	114.010
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	297.285	207.988	304.288	225.757
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	423.396	321.996	430.399	339.767

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estão compostas como segue:

Individual Papéis/Vencimento	2012					Valor de curva
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Aplicações em operações compromissadas						
Posição Bancada						
LFT	110.029	-	-	-	-	110.029
LTN	74.150	-	-	-	-	74.150
NTN	95.026	-	-	-	-	95.026
Subtotal	279.205	-	-	-	-	279.205
Total de aplicações em operações compromissadas	279.205	-	-	-	-	279.205
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Carteira própria						
CDI Pós	-	-	324	1.604	1.928	
CDI Rural	-	4.651	-	22.119	26.770	
Subtotal	-	4.651	324	23.723	28.698	
Vinculados à prestação de garantias						
CDI Pós	-	996	24.994	45.611	71.601	
Subtotal	-	996	24.994	45.611	71.601	
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	5.647	25.318	69.334	100.299	
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicações em moedas estrangeiras	18.080	-	-	-	-	18.080
Total de aplicações em moedas estrangeiras	18.080	-	-	-	-	18.080
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	297.285	5.647	25.318	69.334	397.584	

Consolidado Papéis/Vencimento	2012					Valor de curva
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Aplicações em operações compromissadas						
Posição Bancada						
LFT	110.029	-	-	-	-	110.029
LTN	81.153	-	-	-	-	81.153
NTN	95.026	-	-	-	-	95.026
Subtotal	286.208	-	-	-	-	286.208
Total de aplicações em operações compromissadas	286.208	-	-	-	-	286.208
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Carteira própria						
CDI Pós	-	-	324	1.604	1.928	
CDI Rural	-	4.651	-	22.119	26.770	
Subtotal	-	4.651	324	23.723	28.698	
Vinculados à prestação de garantias						
CDI Pós	-	996	24.994	45.611	71.601	
Subtotal	-	996	24.994	45.611	71.601	
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	5.647	25.318	69.334	100.299	
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicações em moedas estrangeiras	18.080	-	-	-	-	18.080
Total de aplicações em moedas estrangeiras	18.080	-	-	-	-	18.080
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	304.288	5.647	25.318	69.334	404.587	

Individual Papéis/Vencimento	2011					Valor de curva
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Aplicações em operações compromissadas						
Posição Bancada						
LFT	81.539	-	-	-	-	81.539
LTN	21.003	-	-	-	-	21.003
NTN	78.485	-	-	-	-	78.485
Subtotal	181.027	-	-	-	-	181.027
Total de aplicações em operações compromissadas	181.027	-	-	-	-	181.027
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Carteira própria						
CDI Pós	-	5.195	196.459	390	5.003	207.047
CDI Rural	531	3.151	11.363	401	-	15.446
Subtotal	531	8.346	207.822	791	5.003	222.493
Vinculados à prestação de garantias						
CDI Pós	-	-	15.472	34.623	250	50.345
Subtotal	-	-	15.472	34.623	250	50.345
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	531	8.346	223.294	35.414	5.253	272.838
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicações em moedas estrangeiras	24.437	-	-	-	-	24.437
Total de aplicações em moedas estrangeiras	24.437	-	-	-	-	24.437
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	205.995	8.346	223.294	35.414	5.253	478.302

Consolidado Papéis/Vencimento	2011					Valor de curva
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Aplicações em operações compromissadas						
Posição Bancada						
LFT	81.539	-	-	-	-	81.539
LTN	38.771	-	-	-	-	38.771
NTN	78.485	-	-	-	-	78.485
Subtotal	198.795	-	-	-	-	198.795
Total de aplicações em operações compromissadas	198.795	-	-	-	-	198.795
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Carteira própria						
CDI Pós	-	5.195	196.459	390	5.003	207.047
CDI Rural	531	3.151	11.363	401	-	15.446
Subtotal	531	8.346	207.822	791	5.003	222.493
Vinculados à prestação de garantias						
CDI Pós	-	-	15.472	34.623	250	50.345
Subtotal	-	-	15.472	34.623	250	50.345
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	531	8.346	223.294	35.414	5.253	272.838
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicações em moedas estrangeiras	24.437	-	-	-	-	24.437
Total de aplicações em moedas estrangeiras	24.437	-	-	-	-	24.437
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	223.763	8.346	223.294	35.414	5.253	490.700

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2012 e de

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

Individual e Consolidado	2012			
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de curva	Ganho (perda)
Swap				
Risco de mercado				
Posição ativa:				
Juros	2.794.342	3.207.127	3.020.976	186.151
Moeda	2.067.246	2.312.680	2.202.483	110.197
Commodities	644.261	805.350	731.310	74.040
Renda variável	19.028	19.011	18.970	41
Posição passiva:				
Juros	2.759.342	3.027.650	2.915.600	113.050
Moeda	1.918.958	2.110.067	2.018.062	92.005
Commodities	874.384	916.583	897.538	21.045
Valor líquido	-	178.477	105.376	299.201
Contratos a termo				
Posição ativa:				
Juros	2.579.250	2.634.263	2.648.976	(14.713)
Moeda	1.874.582	1.927.728	1.938.929	(11.201)
Commodities	149.736	152.450	151.880	570
Posição passiva:				
Juros	2.579.250	2.570.788	2.593.764	(22.976)
Moeda	1.935.129	1.388.212	1.406.871	(18.659)
Commodities	998.478	997.204	1.002.411	(5.215)
Valor líquido	205.643	185.372	184.474	898
Opções				
Prêmios de opções a exercer:				
Moeda	1.200.312	36.109	36.260	(151)
Commodities	661.386	10.052	14.977	(4.924)
Prêmios de opções lançadas:				
Moeda	1.842.841	41.121	48.072	(6.951)
Commodities	1.160.633	15.859	19.084	(3.226)
Valor líquido	682.208	25.263	28.988	(3.725)
Futuros	-	(5.012)	(11.812)	6.800
Compra:				
Juros	1.985.824	-	-	(3.295)
Moeda	1.063.206	-	-	(1.627)
Commodities	840.567	-	-	(3.128)
Venda:				
Juros	2.563.454	-	-	5.997
Moeda	2.424.256	-	-	5.832
Commodities	48.362	-	-	171
Valor líquido	90.836	-	-	(6)
Total a receber (pagar) e ganho (perda)	-	236.940	148.776	316.966

Individual e Consolidado	2011			
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de curva	Ganho (perda)
Swap				
"Hedge" de fluxo de caixa				
Posição ativa:				
Juros	378.378	513.066	455.213	57.853
Moeda	176.755	203.048	200.945	2.103
Commodities	201.623	310.018	254.268	55.750
Fluxo de caixa:				
Posição passiva:				
Juros	378.378	505.676	448.102	57.574
Moeda	-	7.390	7.111	115.427
Valor líquido	-	7.390	7.111	115.427
Risco de mercado				
Posição ativa:				
Juros	3.361.674	3.668.486	3.558.486	110.000
Moeda	2.551.354	2.718.439	2.650.710	67.729
Commodities	692.150	810.262	769.158	41.104
Renda variável	68.836	82.088	82.088	-
Posição passiva:				
Juros	3.263.674	3.517.404	3.514.720	2.684
Moeda	2.355.571	2.344.982	2.346.322	(1.340)
Commodities	1.107.084	1.171.308	1.167.284	4.024
Valor líquido	1.019	1.114	1.114	-
Opções				
Prêmios de opções a exercer:				
Moeda	1.111.082	43.765	43.765	112.684
Commodities	158.472	50.877	50.877	228.111
Prêmios de opções lançadas:				
Moeda	1.111.082	50.877	50.877	228.111
Commodities	158.472	50.877	50.877	228.111
Valor líquido	-	158.472	50.877	228.111
Contratos a termo				
Posição ativa:				
Juros	1.911.012	2.017.793	2.072.136	(54.343)
Moeda	1.623.686	1.708.350	1.753.913	(45.563)
Commodities	287.326	309.443	318.223	(8.780)
Posição passiva:				
Juros	1.911.012	1.969.639	1.996.274	(26.632)
Moeda	1.644.086	1.664.603	1.704.045	(39.442)
Commodities	266.926	305.036	292.229	12.807
Valor líquido	-	48.154	75.862	(80.978)
Opções				
Prêmios de opções a exercer:				
Moeda	116.737	12.070	8.192	3.878
Commodities	68.087	6.471	2.198	4.273
Prêmios de opções lançadas:				
Moeda	48.650	5.599	5.994	(395)
Commodities	301.316	11.762	15.815	(4.053)
Valor líquido	199.087	5.799	3.117	2.682
Futuros	102.229	5.963	12.698	(6.735)
Compra:				
Juros	1.064.871	-	-	(10.300)
Moeda	883.972	-	-	(741)
Commodities	35.974	-	-	(9.559)
Venda:				
Juros	4.115.825	-	-	13.184
Moeda	3.154.424	-	-	1.776
Commodities	871.105	-	-	11.400
Valor líquido	90.296	-	-	8
Total a receber (pagar) e ganho (perda)	-	206.934	119.116	157.948

vi) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Individual e Consolidado	2012						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:							
Swap	416.506	61.832	37.590	371.916	244.977	2.074.306	3.207.127
Contratos a termo	528.921	542.766	251.175	628.976	424.161	258.264	2.634.263
Opções	4.427	10.252	-	15.600	5.830	-	36.109
Futuros	253.621	863.967	-	63.513	271.637	533.086	1.985.824
Posição passiva:							
Swap	398.096	59.832	36.677	359.265	233.501	1.941.279	3.028.650
Contratos a termo	525.369	533.868	243.298	597.121	413.609	257.523	2.570.788
Opções	4.954	13.745	206	14.706	7.510	-	31.121
Futuros	89.151	100.009	2.361	352.469	949.454	1.070.010	2.563.454
Total							
Individual	70.507	348.539	14.245	805.415	290.667	2.652.179	4.181.552
Consolidado	160.686	309.844	308.763	524.459	562.406	151.635	2.017.793
Opções							
Moeda	-	28	4.141	6.375	1.526	-	12.070
Futuros	364.469	362.163	84.804	119.907	-	133.528	1.064.871
Posição passiva:							
Swap	72.109	360.569	13.612	796.381	270.994	2.509.415	4.023.080
Contratos a termo	162.099	310.283	301.848	496.136	546.694	152.579	1.969.639
Opções	9	237	4.295	5.695	1.526	-	11.762
Futuros	985.334	23.437	24.087	89.189	1.850.687	1.143.091	4.115.825

vii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as operações de "swap", contratos a termo e opções, cujo valor de referência encontra-se registrado em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	2012			2011		
	"Swaps" a termo	Opções	Futuros	"Swaps" a termo	Opções	Futuros
Bolsa	90.300	-	1.842.470	4.549.278	49.700	170.166
BM&FBovespa	90.300	-	1.246.325	4.374.560	49.700	81.500
Balcão	2.704.042	2.579.250	2.100.683	-	3.690.352	1.911.012
Instituições	55.220	151.117	22.683	-	1.671.614	182.678
Empresas	2.648.822	2.428.133	1.178.000	-	1.728.334	192.936
Total	2.794.342	2.579.250	3.043.153	4.549.278	3.740.052	1.911.012

viii) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Instrumentos financeiros	2012		2011	
	Ganho	Perda	Ganho	Perda
Swap	844.223	702.542	141.681	260.934
Futuros	4.607.047	4.762.362	(155.315)	2.505.439
Termo	490.012	427.625	62.387	184.258
Opções	318.172	302.587	15.585	13.324
Total	6.259.454	6.195.116	64.338	3.082.955

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 tem a seguinte composição:

Título	2012		2011	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Margem de garantia - Judicial	-	-	-	-
NTN	-	-	-	517
Subtotal	-	-	-	517
Margem de garantia - Câmara de câmbio - BMC	-	-	10.870	1.029
Subtotal	-	-	10.870	1.029
Margem de garantia - BM&F Bovespa	60.250	139.008	60.250	139.008
Subtotal	60.250	139.008	60.250	139.008
Total	60.250	139.008	71.120	140.554

x) "Hedge" de fluxo de caixa

Em 31 de março de 2012, existiam instrumentos financeiros derivativos utilizados como "hedge" de fluxo de caixa, representados por operações de "swap" cujo valor de mercado totalizavam R\$436.278 e os itens objetos de "hedge", dívidas subordinadas e títulos e valores mobiliários emitidos no exterior, cujo saldos ajustados a valor de mercado totalizavam R\$368.365. Os ajustes ao valor de mercado foram registrados em conta específica do patrimônio líquido. No segundo trimestre de 2012 o Banco decidiu pela descontinuidade do "hedge" contábil acima mencionado, e como previsto na circular nº 3.082/02, transferiu para o resultado do trimestre o montante de R\$3.651 positivo, líquido dos efeitos tributários.

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, OPERAÇÕES PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito expandida, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estão assim sumarizadas:

a) Por tipo de operação:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Setor público	6.304	22.631	6.304	22.631
Capital de giro	2.186.731	2.336.923	2.338.349	2.630.090
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	-	9.617	-	9.617
Conta-corrente garantida	12.086	23.265	12.086	23.265
Repasses do BNDES/Finame	852.643	873.177	852.643	873.177
Crédito consignado	35.926	43.115	35.926	43.115
Financiamento em moeda estrangeira	280.156	217.859	280.156	217.859
Financiamentos a exportação	798.784	503.819	798.784	503.819
Títulos descontados e outros	-	65.653	-	65.653
CDC veículos	227	227	227	514
Compror	18.407	9.237	18.407	9.237
Subtotal de operações de crédito	4.191.264	4.105.810	4.342.852	4.398.972
Devedores por compra de valores e bens	114.120	31.185	114.120	31.185
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	491.539	549.764	491.539	549.764
Títulos de crédito a receber	89.075	-	89.075	-
Carteira de crédito	4.885.998	4.686.759	5.037.616	4.979.926
Créditos abertos para importação	8.210	8.210	8.210	8.210
Garantias prestadas	2.114.296	1.687.365	2.114.296	

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

10. INVESTIMENTOS

	2012						Total
	Pine Planejamento ⁽⁹⁾	Pine Ass. em Comercial ⁽¹⁰⁾	Pine Investimentos ⁽¹⁰⁾	Pine Comerc. Energia Eletr. ⁽⁹⁾	Pine Assessoria ⁽⁹⁾	Pine Corretora ⁽¹¹⁾	
Participação - %	99.990	10,00	99.998	99.999	99.999	99.998	99.998
Quantidade de cotas possuídas	10.000	10.000	892.298.000	77.399.000	500.000	500.000	500.000
Capital social	10	10	13.384	77.400	1	500	500
Patrimônio líquido	4.117	3	38.074	80.429	35.009	234	42.841
Resultado líquido do exercício	4.107	7	5.774	(165)	33.396	(278)	42.841
Valor do investimento	4.117	-	38.074	80.429	35.009	234	157.863
Resultado de participação em controlada	4.107	-	5.774	(165)	33.396	(278)	42.834
							2011
							Total
							Total

⁽⁹⁾ Em 12 de dezembro de 2011, foi constituída a Pine Corretora de Seguros Ltda. O capital social é de R\$500, dividido em 500 quotas, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

⁽¹⁰⁾ Em 12 de dezembro de 2011, foi constituída a Pine Assessoria e Consultoria Ltda. O capital social é de R\$500, dividido em 500 quotas, sendo integralizados no ato, R\$1 do capital social devendo os restantes R\$499 serem integralizados em moeda corrente nacional até janeiro de 2013.

⁽¹¹⁾ Na AG de 19 de agosto de 2011, foi deliberado o aumento de capital da Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. (antiga BP Empreendimentos e Participações S/A), no valor de R\$70.000, passando seu capital social de R\$7.400 para R\$77.400, mediante a emissão de 60.069.871 novas ações ordinárias nominativas. Em 16 de fevereiro de 2012 foi aprovada a transformação do tipo societário de Sociedade Anônima para Sociedade Empresária Ltda., com a mudança da denominação social da BP Empreendimentos e Participações S/A para Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.

Em 24 de abril de 2012, foi constituída a Pine Assessoria em Comercialização de Energia Ltda. O capital social é de R\$10, dividido em 10.000 quotas de R\$1 cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído entre os sócios: A Pine Comercializadora de Energia Elétrica com 90% de participação e o Banco com 10% de participação.

⁽¹²⁾ Em 26 de junho de 2012, foi constituída a Pine Planejamento e Serviços Ltda. O capital social é de R\$10, dividido em 10.000 quotas de R\$1 cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído entre os sócios: A Pine Comercializadora de Energia Elétrica com 0,01% de participação e o Banco com 99,99% de participação.

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado de uso

	2012						Total
	Depreciação Anual - %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	
Instalações	20	10.690	(8.932)	1.758	10.690	(8.932)	1.758
Móveis e equipamentos de uso	10	2.962	(1.459)	1.503	2.962	(1.459)	1.503
Sistema de comunicação	10	1.426	(739)	687	1.428	(739)	689
Sistema de processamento de dados	10	921	(849)	72	921	(849)	72
Sistema de segurança	10	31	(19)	12	31	(19)	12
Sistema de transporte	20	26.267	(1.333)	24.934	26.267	(1.333)	24.934
Total		42.297	(13.331)	28.966	42.299	(13.331)	28.968
							2011
							Total

	2011						Total
	Depreciação Anual - %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	
Instalações	20	10.446	(7.221)	3.225	10.446	(7.221)	3.225
Móveis e equipamentos de uso	10	3.599	(1.763)	1.836	3.599	(1.763)	1.836
Sistema de comunicação	10	1.866	(923)	943	1.868	(923)	945
Sistema de processamento de dados	10	1.074	(972)	102	1.074	(972)	102
Sistema de segurança	10	147	(119)	28	147	(119)	28
Sistema de transporte	20	1.705	(444)	1.261	1.812	(477)	1.335
Total		18.837	(11.442)	7.395	18.946	(11.475)	7.471

b) Intangíveis

	2012						Total
	Amortização Anual - %	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logotipos	10	9.450	(7.397)	2.053	9.915	(7.862)	2.053
Total		9.450	(7.397)	2.053	9.915	(7.862)	2.053
							2011
							Total

12. DEPÓSITOS

a) Composição por vencimento:

	2012						Total
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	
Sem vencimento	30.134	-	-	30.053	-	-	30.107
Até 30 dias	-	296.206	32.749	-	283.819	32.749	316.568
De 31 a 60 dias	-	271.205	40.128	-	269.568	40.128	310.096
De 61 a 90 dias	-	416.556	10.282	-	412.695	10.282	422.977
De 91 a 180 dias	-	443.007	1.506	-	441.089	1.506	442.615
De 181 a 360 dias	-	332.480	24.267	-	332.261	24.267	356.528
Acima de 360 dias	-	1.555.997	21.221	-	1.428.511	12.068	1.440.579
Total	30.134	3.315.451	130.153	30.053	3.167.943	121.000	3.315.451

b) Composição por segmento de mercado:

	2012						Total
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	
Indústria, comércio e serviços	29.705	1.032.986	-	29.705	1.032.986	-	1.062.691
Sociedades ligadas	81	147.508	9.153	-	-	-	157.642
Pessoas físicas	348	16.445	-	348	16.445	-	364.893
Instituições financeiras e fundos de investimento	-	2.118.512	121.000	-	2.118.512	121.000	2.239.512
Total	30.134	3.315.451	130.153	30.053	3.167.943	121.000	3.315.451

13. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2012						Total
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	
LTN	-	-	-	1.674.484	-	2.565.657	4.240.141
NTN	-	-	-	-	-	593.961	593.961
Debêntures	-	-	-	-	-	158.177	158.177
Total				1.674.484		3.117.795	4.992.279

14. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CORRESPONDENTES NO PAÍS

Refere-se a recebimentos antecipados de parcelas de operações de crédito mediante cobrança com coobrigação a serem repassadas aoscessionários nos respectivos vencimentos, registrados pelo valor presente da obrigação na data-base, no montante de R\$37 em 31 de dezembro de 2012 no Individual e Consolidado (R\$6.366 em 31 de dezembro de 2011 no Individual e Consolidado).

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados: Em 31 de dezembro de 2012, referem-se a IOF a recolher no montante de R\$936 (R\$1.182 em 31 de dezembro de 2011).

b) Fiscais e previdenciárias

	2012						Total
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	220	-	220	220	-	220	440
Impostos e contribuições sobre salários	2.981	-	2.981	3.106	-	3.106	6.087
Impostos e contribuições sobre lucro	6.911	-	6.911	10.409	-	10.409	17.320
ISS	425	-	425	562	-	562	987
IRRF	2.776	-	2.776	2.783	-	2.783	5.559
PIS e Cofins a recolher	340	-	340	480	-	480	820
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 09)	16.422	35.234	51.656	16.423	35.262	51.685	103.338
Provisão para riscos fiscais (Nota 16.b)	-	42.056	42.056	-	42.591	42.591	84.647
Total	30.075	77.290	107.365	33.983	77.853	111.836	217.004

	2011						Total
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	117	-	117	117	-	117	234
Impostos e contribuições sobre salários	2.870	-	2.870	2.920	-	2.920	5.790
Impostos e contribuições sobre lucro	-	-	-	5.568	-	5.568	11.136
ISS	283	-	283	444	-	444	727
IRRF	964	-	964	1.011	-	1.011	1.975
PIS e Cofins remunerados - capital	700	-	700	700	-	700	1.400
PIS e Cofins a recolher	226	-	226	352	-	352	578
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 09)	16.033	30.484	46.517	16.033	30.507	46.540	93.057
Provisão para riscos fiscais (Nota 16.b)	-	29.197	29.197	-	29.574	29.574	58.771
Total	21.193	59.681	80.874	27.145	60.081	87.226	148.099

c) Diversas

	2012						Total
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Provisão para despesas de pessoal	27.582	-	27.582	27.829	-	27.829	55.411
Cheques administrativos	4.916	-	4.916	4.916	-	4.916	9.832
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.d)	-	18.298	18.298	-	18.298	18.298	36.596
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 16.d)	-	4.665	4.665	-	4.665	4.665	9.330
Provisão para perdas - cessão com coobrigação (Nota 28.a)	-	2	2	-	2	2	4
Cheques FIDC	-	1.602	1.602	-	-	-	3.204
Outras despesas administrativas	2.768	9.374	12.142	2.830	9.374	12.204	24.346
Contas a pagar	49	-	49	49	-	49	98
Credores diversos - País	846	-	846	881	-	881	1.727
Total	36.161	33.941	70.102	36.505	32.339	68.844	139.649

16. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não existiam ativos contingentes.

b) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

Pis: Totalizam R\$32.011 no Individual e R\$32.538 no Consolidado (R\$26.831 no Individual e R\$27.201 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2011); o Banco e a Pine Investimentos, interuseram medida judicial com vistas a afastar a redação do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.178/98, que modificou a base de cálculo do Pis e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. O mandado de segurança interposto pelo Banco Pine teve sentença parcialmente procedente e a apelação interposta pela União foi improvida. Aguardando o juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário Interpostos pela União.

Cofins: Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.178/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da Cofins, a partir de fevereiro de 1999, ampliando o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da Cofins foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior. O Banco obteve êxito no mandado de segurança interposto em face da União Federal, através da qual postulou a repetição do indébito por meio de compensação, do valor recolhido indevidamente a título de Cofins.

Em face da decisão de 21 de maio de 2011 que não admitiu os dois recursos extraordinários interpostos pela União Federal, foi interposto agravo de instrumento contra despacho denegatório de recurso extraordinário.

Remetido ao Supremo Tribunal Federal, o Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Supremo Tribunal Federal determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com fundamento no art. 543-B do Código de Processo Civil, tendo em vista a análise da Repercussão Geral já procedida no RE nº 585.235. Em razão dessa decisão, em 18 de maio de 2011, foi negado seguimento ao agravo de despacho denegatório interposto pela União Federal que opôs embargos de declaração em face da supracitada decisão, sustentando haver erro material em relação ao recurso paradigma indicado, apontando como correto o RE nº 609.096. Os Embargos foram rejeitados. Ainda em face dessa decisão, foi interposto agravo regimental, com a mesma finalidade. O Doutor Desembargador Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região recebeu o agravo regimental com pedido de reconsideração e manteve a decisão recorrida. Intimada dessa decisão, a União permaneceu inerte. O trânsito em julgado ocorreu em 21 de outubro de 2011 e foi certificado em 08 de novembro de 2011. Suportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se trata de uma obrigação legal que não é provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$150.510 no Individual e R\$151.357 no Consolidado, em 2011 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Banco irá protocolar pedido de habilitação de créditos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores da Cofins recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.679 no Individual e R\$15.872 no Consolidado, que atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2012, totalizam R\$34.490 (R\$33.154 em 31 de dezembro de 2011) no Individual e R\$34.919 (R\$33.565 em 31 de dezembro de 2011) no Consolidado. Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto à RFB, foi reconhecido o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - imposto a recuperar", em contrapartida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Os valores de obrigações legais e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Individual						Consolidado					
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Pis	32.011	26.831	31.927	26.712	32.538	27.201	32.452	27.071				

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

f) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Proventos	55.865	44.931	58.099	46.125
Benefícios	7.930	6.441	8.125	6.596
Encargos sociais	19.673	16.567	20.504	16.991
Honorários da diretoria	969	719	984	732
Treinamento	480	330	482	335
Estagiários	544	298	585	319
Total	85.461	69.286	88.779	71.098

g) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas de água, energia e gás	432	387	439	395
Despesas com alugueis	8.246	7.257	8.412	7.440
Despesas de arrendamento de bens	2.585	3.062	2.585	3.062
Despesas de comunicações	3.592	3.149	3.603	3.155
Despesas com contribuições filantrópicas	90	58	104	83
Despesas de manutenção e conservação de bens	2.222	1.356	2.227	1.360
Despesas de material	157	448	157	448
Despesas de processamento de dados	8.230	7.511	8.280	7.563
Despesas de promoções e relações públicas	2.405	1.531	2.413	1.539
Despesas de propaganda e publicidade	2.109	1.455	2.182	1.500
Despesas de publicações	909	658	986	736
Despesas de seguros	395	770	397	773
Despesas com serviços do sistema financeiro	14.858	10.831	15.237	11.208
Despesas com serviços de terceiros	6.613	5.089	7.075	5.506
Despesas com serviços de vigilância e segurança	3.274	2.095	3.274	2.095
Despesas com serviços técnicos especializados	12.016	33.572	12.267	33.692
Despesas de transporte	1.592	1.380	1.616	1.388
Despesas de viagens	3.273	2.443	3.438	2.468
Multas aplicadas pelo Bacen	1	10	1	10
Sentenças judiciais	9.307	8.638	9.307	8.638
Outras despesas administrativas	3.590	4.798	3.675	4.956
Despesas de amortização e depreciação	4.512	3.884	4.590	3.998
Total	90.408	100.382	92.265	102.013

h) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ISS	2.871	2.478	5.994	3.263
Cofins	2.297	15.706	4.420	16.366
Processo Cofins (*)	-	9.648	-	10.965
PIS	3.338	3.188	3.793	3.323
Outros	2.605	2.737	2.622	2.772
Total	11.111	33.757	16.829	36.689

(*) Valor devido referente ao ganho da Cofins detalhado na nota 16.b)

i) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Recuperação de encargos e despesas	964	4.049	958	4.034
Atualização monetária ativa	2.903	14.265	2.951	14.466
Varição cambial - operações passivas	12	-	12	-
Reversão de provisão para repasse de cessão	939	1.974	939	1.974
Reversão de provisão de cessão de crédito com coobrigação	9.964	4.066	9.964	4.066
Reversão do provisão Fiança	15.178	-	15.178	-
Atualização de créditos judiciais	8.793	-	8.850	-
Reversão de provisão para riscos fiscais	10.799	5.799	10.799	5.799
Reversão processos judiciais	279	811	279	811
Outras rendas operacionais	14.840	805	14.840	805
Reversão processos trabalhistas	1.467	-	1.467	-
Rendas de títulos e créditos a receber	1.593	3.891	1.593	3.891
Reversão provisão processo Cofins	-	160.158	-	162.322
Recuperação de despesas Cofins	1.338	33.153	1.354	33.565
Total	59.349	228.971	47.909	231.886

(*) Valores referente ao ganho da causa do Cofins detalhado na nota 16.b)

(*) Refere-se, principalmente, ao ratio de custos entre coligadas em função da utilização da estrutura comum no valor de R\$ 11.699 no Individual.

j) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Processos trabalhistas, civis	2.927	12.782	3.146	12.782
Atualização monetária passiva	424	16.759	457	17.069
Encargos sobre créditos cedidos	2.020	73.449	2.020	73.449
Reversão/Provisão para repasse de cessão	(528)	1.617	(528)	1.617
Despesa de cessão	74.387	-	74.387	-
Provisão sobre fiança	-	15.178	-	15.178
Provisão de cessão de crédito com coobrigação	-	3.931	-	3.931
Provisão para FIDC	1.602	-	1.602	-
Outras despesas operacionais	2.589	7.918	2.589	7.918
Total	83.421	131.634	85.124	132.042

(*) Provisão para encargos sobre recebimentos antecipados de parcelas de operações de crédito cedidas.

(*) R\$74.156 refere-se a prejuízo com operações cedidas sem coobrigação, conforme mencionado na nota 7. i).

k) Resultado não operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$20.045 no Individual e R\$20.037 no Consolidado (R\$4.404 em 31 de dezembro de 2011 no Individual e Consolidado) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	235.992	220.749	245.448	227.821
Juros sobre o capital próprio	60.245	52.827	60.245	52.827
Lucro antes da tributação	175.747	167.922	185.203	174.994
Alíquota vigente	40%	40%	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(70.299)	(67.169)	(74.081)	(69.998)
Diferenças temporárias	15.044	43.304	14.916	43.716
Efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias	(13.280)	(27.754)	(13.153)	(28.052)
Outros ajustes	19.996	(7.616)	14.323	(11.973)
Imposto de renda e contribuição social	(48.539)	(59.235)	(57.995)	(66.307)
Impostos correntes	(35.259)	(31.481)	(44.842)	(38.255)
Impostos diferidos	(13.280)	(27.754)	(13.153)	(28.052)
Despesa contabilizada	(48.539)	(59.235)	(57.995)	(66.307)

23. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

No exercício de 2012, o Banco aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O novo Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil) do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo de capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

- até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
 - o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Banco de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
 - o correspondente aos 40% restantes da remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco e serão entregues ao empregado juntamente com o pagamento do valor em espécie.
- O direito de disposição dessas ações será de forma "Diferida" crescendo com o nível de responsabilidade do Administrador.
- A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.
- O Banco conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que foi constituído na Assembleia Geral do dia 16 de janeiro de 2012, que será responsável por (i) propor ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921/10.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 houve apuração referente a remuneração variável no montante de R\$5.872, de acordo com os critérios definidos no novo plano.

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	7.841	5.549	7.841	5.549
Remuneração fixa	17.669	13.357	17.669	13.357
Remuneração variável	2.997	952	2.997	952
Total	28.507	19.858	28.507	19.858

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença paga, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Banco o executivo pode receber uma indenização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 houve pagamento no montante de R\$1.246 aos executivos que saíram a título de compensação. Não houve pagamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de contabilidade e estão representadas por:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2012	2011	2012	2011
Títulos e valores mobiliários	59.731	105.214	16.557	10.614
Pine Crédito Privado - FIDC	59.731	105.214	16.557	10.614
Depósitos à vista	144	649	-	-
Pine Investimentos	55	546	-	-
Pine Comercializadora de Energia Elétrica	-	40	-	-
Pine Corretora	8	1	-	-
Pine Assessoria	5	1	-	-
Pine Assessoria em Comercialização de Energia	3	-	-	-
Pine Planejamento Ltda.	9	-	-	-
Administradores e familiares imediatos	64	61	-	-
Depósitos interfinanceiros	9.152	20.504	(1.224)	(2.643)
Pine Investimentos	9.152	20.504	(1.224)	(2.643)
Depósitos a prazo	161.590	108.528	(10.209)	(5.145)
Pine Investimentos	26.546	14.145	(1.602)	(637)
Pine Comercializadora de Energia Elétrica	80.541	81.293	(7.065)	(3.588)
Pine Corretora	220	750	(45)	-
Pine Assessoria	35.421	2.001	(1.403)	(1)
Pine Planejamento Ltda.	4.782	-	(36)	-
Administradores e familiares imediatos	14.080	10.339	(58)	(919)

(*) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Acionistas	58.444.889	100,00	21.512.647	100,00	79.957.536	73,57
Pessoa Física	58.444.889	100,00	15.595.863	72,07	74.040.752	68,16
Conselho de Administração	-	-	3.281.010	15,21	3.281.010	3,02
Administradores	-	-	2.635.774	12,25	2.635.774	2,39
Total	58.444.889	100,00	21.512.647	100,00	79.957.536	73,57

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Acionistas	45.443.872	100,00	14.370.556	100,00	59.814.428	71,18
Pessoa Física	45.443.872	100,00	14.370.556	100,00	59.814.428	71,18
Conselho de Administração	-	-	2.150.452	14,96	2.150.452	2,56
Administradores	-	-	602.994	4,20	602.994	0,72
Total	45.443.872	100,00	17.124.002	100,00	62.567.874	74,46

24. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Fianças e Avas	2.114.296	1.687.365	2.114.296	1.687.365
Cessão de crédito com coobrigação	-	334	-	58.438
Carta de crédito	8.814	14.220	8.814	14.220
Total	2.123.444	1.760.024	2.123.444	1.760.024

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco contribui mensalmente para empresa de previdência privada nos planos VGBL e PGBL, conforme opção do participante, o equivalente a 1% do salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua no mínimo com 1% do seu salário bruto, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante dessa contribuição foi de R\$342 (R\$279 em 31 de dezembro de 2011).

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

27. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral

O Banco Pine está exposto aos riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros tendo mensuração e monitoramento contínuo e possui uma estrutura de análise composta por diretoria, conselho e comitê que atuam nos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco



PINE

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

A DIRETORIA

JOSÉ APARECIDO DA SILVA - Contador CRC nº 1SP152186/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2012

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S/A e das suas controladas foi implantado em março de 2012, em atendimento às regulamentações do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

De acordo com o estabelecido no Estatuto Social do Banco Pine S/A e no seu Regimento (disponíveis no site www.pine.com.br), compete ao Comitê zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A elaboração das demonstrações financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e suas controladas - ("Consolidado") de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade da sua Administração. Também, é sua responsabilidade (i) o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, (ii) o gerenciamento dos riscos das operações do Conglomerado Pine e (iii) a supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A auditoria interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

Das atividades do Comitê durante o ano de 2012:

O Comitê reuniu-se por 13 vezes com as principais áreas do Banco Pine S/A e das suas controladas (Conglomerado Pine), envolvendo as áreas de negócio, de crédito, de controles internos e compliance, de gestão de riscos, de operações, de controladoria, de contabilidade e de tecnologia da informação.

O Plano de trabalho do Comitê de Auditoria, para o exercício de 2012, teve como objetivo a sua própria organização em função da sua implantação em março de 2012, as operações, os processos e os sistemas inerentes aos negócios do Conglomerado Pine.

Reuniões específicas foram realizadas com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para tratar do plano anual da sua execução, bem como o acompanhamento das ações estabelecidas pela administração dos apontamentos de auditoria.

Como produto dessas reuniões o Comitê teve oportunidade de apresentar sugestões ao Conselho de Administração para

aprimoramento de controles e da gestão de riscos e acompanhará sua efetiva implantação nos prazos previstos.

Do Sistema de Controles Internos:

Conforme cronograma e plano de trabalho definido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Comitê tomou conhecimento dos processos, métodos e sistema de controles e de informações do Conglomerado Pine, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na sua manutenção e aprimoramento.

Todas as principais atividades da Organização, inclusive as atividades exercidas por outras empresas (terceiros relevantes), foram analisadas e tiveram os seus riscos identificados, assim como, os controles utilizados para reduzi-los a um nível considerado adequado de gerenciamento. Esses mapeamentos, riscos e controles são armazenados em um sistema eletrônico de dados adquirido de consultoria especializada e de renome no mercado.

O Comitê com base nas informações e observações colhidas durante suas reuniões avalia como adequado ao porte e complexidade de operações do Conglomerado Pine, os sistemas de controles internos e contribuindo para a eficiência de seus negócios, para a adequação dos relatórios financeiros e para a observância às normas e regulamentações aplicáveis às suas transações.

Da Administração de Riscos Consolidada:

A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma consolidada pela Vice-Presidência - "Chief Risk Officer", compreendendo os principais riscos regulamentados pelo Banco Central do Brasil, quais sejam, Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional.

Em reuniões de trabalho com a unidade de Gestão de Riscos, este Comitê teve a oportunidade de tomar conhecimento dos processos, métodos, sistemas e principais relatórios para a gestão de riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional que incluem as atividades de um comitê específico de Riscos. Também foi discutido o Relatório de Atividades exercidas pela Gestão de Risco no exercício de 2012, tendo a aprovação deste Comitê.

Da Auditoria Independente:

O Comitê manteve reuniões com a Auditoria Independente - PricewaterhouseCoopers (PwC) - para a aprovação das Informações Financeiras Trimestrais (ITR) e Demonstrações Financeiras Semestral e do Exercício. Por ocasião destas reuniões foi discutido o Plano Anual de Auditoria, e verificado o cumprimento da sua Política de Independência.

As recomendações incluídas nos relatórios sobre controles internos foram apresentadas e discutidas no Comitê e foram estabelecidas, em conjunto com a Auditoria Interna e com as áreas respectivas, Planos de Ação para solucioná-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da Organização. O Comitê avalia como adequados o planejamento e os trabalhos dos auditores

independentes para o porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine.

Da Auditoria Interna:

O Comitê aprovou a estrutura da Auditoria Interna e o Plano Anual compreendendo todas as operações, riscos e processos da organização e acompanha em suas reuniões o seu cumprimento. Nas reuniões do Comitê a presença permanente da Auditoria Interna proporciona o suporte necessário às atividades e o atendimento às demandas.

A Auditoria Interna atua, também, no atendimento às demandas dos órgãos reguladores, e nas suas reuniões com este Comitê apresenta e discute os relatórios e demandas desses órgãos.

Das Demonstrações Financeiras Consolidadas:

O Comitê avaliou os processos de elaboração das informações financeiras, os balanços individuais e consolidados, os relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras. Discutiu com a PwC e com os executivos da Organização as práticas relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e de suas controladas - Consolidado, para o exercício findo em **31/12/2012**.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013

Maurício Mauro

Presidente do Comitê de Auditoria

Membro Independente do Conselho de Administração

William Pereira Pinto

Membro Especialista

Tadeu Machado Zica

Membro Representante de Acionista Minoritário

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas

Banco Pine S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012,

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013

Edison Arisa Pereira

Contador CRC 1SP127241/O-0